



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pronunciamento feito pelo Deputado
GILSON DE BARROS (PMDB-MT), na sessão
de 16/04/1982.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Dezenove de abril é o Dia do Índio, efeméride evocativa da sofrida saga vivida pelos descendentes dos mais antigos habitantes de nosso território e seus donos, por direito natural.

A comemoração de data consagrada a evento ou entidade se faz normalmente pela exteriorização de expressões de regosijo por feitos alcançados ou em função do significado de atitudes tomadas a bem de uma causa.

Não nos podemos orgulhar, infelizmente, do que tem sido feito pelos nossos índios. Em seu real benefício, virtualmente nada foi realizado.



Em termos absolutos, o índio brasileiro obteve saldo altamente negativo: intolerância, preconceito, prejuízos, aculturação, doenças, banimento, usurpação, perseguição, privação e morte.

Negro episódio tem-se constituído o da história do índio neste País e em boa parte das Américas, desde as descobertas de Colombo e Cabral e a subsequente colonização iniciada pelo homem branco.

A população aborígane de então, estimada, por alguns escritores, em 7 e, por outros, em 4 a 5 milhões, está reduzida a menos de 200.000 indivíduos.

O que mudou nesses 480 anos não foi o clima ou o solo, nem foram as condições naturais do habitat. O que apresentou transformações radicais foi o meio social, com a invasão dos brancos, afetando artificialmente e modificando o ambiente e o solo, em muitas regiões, e até os rios e lagos, pela poluição e pelos desvios e represamentos.

Desalojados, escravizados e dizimados pela matança cruel promovida pelos intrusos, atingidos por doenças desconhecidas trazidas pelo branco, os índios eram vítima indefesa.



Não pensamos que a situação de hoje mudou muito para melhor. Os genocidas de antanho, os autores desse verdadeiro holocausto também já morreram e não serão chamados a prestar contas, nem mais podem ser penalizados pelos atos infamantes cometidos, exceto pela condenação moral na consciência de todos nós brasileiros, que devemos zelar para que tal desumanidade não se perpetue.

A responsabilidade dos Governos, melhor diríamos, a irresponsabilidade de todos os Governos, desde a monarquia até a república, é o fator principal na continuação do lamentável estado de coisas.

Extinto a famigerado Serviço de Proteção ao Índio, inventou-se a FUNAI, que parece haver herdado do Órgão antecessor o vício da corrupção e a vocação do escândalo. No próprio estatuto da Fundação está legitimada a utilização da renda indígena, bem como a eventual exploração do solo e do subsolo e a transferência de grupos índios, em razão de supostos "interesses nacionais".

Em nosso discurso transcrito no DCN de 26.6.80 comprovamos à larga, com inúmeros exemplos, a danosa ação da FUNAI, com base no dispositivo aludido, e em outros, ou sem base nenhuma, nem critério algum, na sua desconfiável



"defesa" do silvícola.

O então Presidente do Órgão, Coronel Nobre da Veiga, afirmou certa feita que aquele sempre nadou em mar de corrupção. Reconheceu, publicamente, a ocorrência de incontáveis crimes na história da FUNAI. Mencionou desvios de verbas e recursos. Denunciou a falta de prestação de contas de adiantamentos efetivados. Eté aquela ocasião, não havia S. Sª instaurado qualquer inquérito para apurar responsabilidades e definir crimes contra o Erário.

Sucedendo ao General Ismarth de Oliveira, o Coronel Nobre da Veiga foi por sua vez sucedido pelo Coronel Aviador Paulo Moreira Leal.

Não tivemos ainda informações mais detalhadas a respeito da atual direção da Fundação Nacional do Índio. Se os antigos erros forem evitados, ter-se-á obtido algum progresso. Mas não será suficiente apenas deixar de cometer enganos crassos e grosseiros, no que concerne à administração.

Será fundamental não incorrer na aceitação de pontos de vista especiosos ou nascidos do preconceito, nem formular ou acreditar em doutrinas artificiais, frutos da incompreensão.



Um programa efetivamente voltado para a defesa do índio terá de levar em conta a realidade da situação e das características dessa sofrida parcela da população brasileira, respeitando-lhe a cultura, em primeiro lugar, e as atividades sócio-econômicas próprias.

Não vamos incidir, novamente, em equívocos trágicos como o da emancipação dos índios, há poucos anos motivo da teimosia de um Ministro do General Geisel, cujo nome não desejamos citar agora.

Esse é o tipo de atitude que se impõe não adotar. Ou que nos incumbe repelir veementemente, se vier a ser cogitada pelos altos dignitários governamentais.

O índio é um ser desprotegido, que tem uma realidade toda sua, cabendo a nós simplesmente respeitá-la, aceitá-la, defendê-la da cupidez, da cobiça, da crueldade, da incompreensão, da desinformação.

Se assim todos entendermos e procedermos, talvez dentro de um, dois ou poucos anos mais possamos então comemorar dignamente um novo 19 de abril! Mas, dia há vará em que "todos os dias serão dias de índio".

Muito obrigado

/ib.